

JORNAIS CENTENÁRIOS E TEMPORALIDADES¹

Uma história do jornalismo pelas edições comemorativas

Leticia Cantarela Matheus²
Marialva Barbosa³

Resumo: O artigo apresenta uma proposta de análise das narrativas de jornais centenários acerca da história do jornalismo. Considerados em sua dimensão narrativa, os periódicos serão analisados temporalmente segundo a fenomenologia de Paul Ricoeur. Trata-se de meta-narrativas que realizam uma espécie de historiografia da imprensa voltada para o público geral. O corpus é composto pelas edições comemorativas de periódicos fluminenses com mais de 100 anos. Nessas edições, serão verificadas as articulações temporais das histórias do jornalismo, dos títulos celebrados e do Brasil, de modo a evidenciar as explicações que os periódicos atribuem a si próprios bem como sua inscrição nos quadros temporais contemporâneos às edições. O objetivo é evidenciar se há uma temporalidade hegemônica que vem atravessando o fazer jornalístico. A principal hipótese é que, graças a uma certa temporalidade orientada para o futuro, com um sentido de progresso, o jornalismo tem se auto-referenciado.

Palavras-Chave: História do Jornalismo. Narrativa. Temporalidade.

1. Por que não ignoramos o jornalismo?

Este artigo é fundamentado em uma pesquisa, em fase inicial, que tem por objetivo levantar questões acerca dos processos comunicacionais no Brasil, tendo em vista a idéia da necessidade do jornalismo. Tanto no senso comum quanto entre pesquisadores, o trabalho jornalístico é frequentemente fonte de angústia, confrontado com um ideal nunca alcançado. Jornais, impressos ou televisivos, são criticados por serem sensacionalistas ou comprometidos, fúteis ou irresponsáveis por banalizar os dramas sociais. Se é assim, por que continuam a ser consumidos? Se o cidadão não se sente representado no jornal, pelo fato de eles falarem de mais ou de menos, por que lhes conferir importância? Para tentar responder a

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Estudos de Jornalismo”, do XVI Encontro da Compós, na UTP, em Curitiba, PR, em junho de 2007.

² Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense, leticia_matheus@yahoo.com.br.

³ Marialva Barbosa é professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFF e orientadora deste trabalho.

Unknown

Field Code Changed

essas perguntas é preciso entender a relação de uma dada sociedade com as práticas jornalísticas por ela produzidas.

A pesquisa procura investigar meta-narrativas elaboradas por alguns periódicos com o intuito de compreender, pelo menos em parte, como o jornalismo tomou a forma de um certo conjunto de práticas, em função de uma série de expectativas constituídas nos últimos dois séculos. Por que o jornalista foi tão eficiente na elaboração do *status* de seu campo? Ou será que o prestígio de que goza não é tanto resultado de um esforço profissional mas de um conjunto de necessidades geradas dentro de modo específico de organização social? Ou, ao contrário, as críticas que sofre expressam não seu fracasso, mas a sobrevivência de uma diversidade de formas de se relacionar com o jornalismo?

As meta-narrativas que serão analisadas são histórias contadas pelos jornais sobre si mesmos em edições comemorativas publicadas nos aniversários desses periódicos. Essas edições constituem celebrações das empresas de comunicação, que, além de configurarem narrativamente sua trajetória, acabam se referindo também às práticas jornalísticas. Nesses meta-discursos, os periódicos procuram se explicar, apresentando publicamente argumentos acerca de sua relevância.

2. Jornais centenários do Rio de Janeiro

Procurando as edições comemorativas de aniversário dos principais jornais do Rio de Janeiro, independentemente da época em que circularam, a pesquisa limitou-se aos jornais mais longevos: **Jornal do Brasil** (116 anos), **O Fluminense** (129 anos) e **Jornal do Commercio** (180 anos), os três em circulação.

As edições comemorativas exibem algumas características especiais em relação aos produtos noticiosos diários. Elas estão na fronteira entre duas frentes discursivas. Ao mesmo tempo em que se voltam para o público geral, são, antes de tudo, celebrações das empresas de comunicação e da imprensa enquanto instituição e por isso falam também aos profissionais que nela atuam. Contam histórias que refazem o percurso de jornais e dos jornalistas. Elaboram passados da atividade jornalística, suas múltiplas memórias em disputa e sua significação na época da publicação.

A excepcionalidade discursiva dessas edições, porém, vai além da questão do leitor projetado. O conjunto referencial sobre o qual os jornais tratam, sob o prisma noticioso, costuma estar ancorado em acontecimentos recentes. As narrativas jornalísticas são comumente marcadas pela urgência do presente, mesmo quando tratam de um passado recente – o dia anterior. Entretanto, as edições comemorativas apresentam enredos elaborados com base em passados mais remotos do que aqueles aos quais os jornais diários costumam se referir.

Além disso, elas representam uma exceção no que concerne à temática do fluxo de notícias, principalmente pelo fato de tornarem o próprio jornal notícia. São, afinal, celebrações, momentos de suspensão do tempo noticioso para que o periódico se auto-referencie de modo explícito. Em vez de falarem dos outros, como costuma acontecer, tratam de si. Esses meta-discursos permitem visualizar o entendimento que os jornalistas tinham de sua inserção no tempo histórico. Como eles se revelaram? E qual a necessidade dessa exibição?

Ribeiro (1995) afirma que nesses espaços, que ela chama de lugares de auto-referenciação, o jornalismo "tenta construir uma imagem de si próprio e através dela se legitimar" (p. 12). Esses lugares de auto-referenciação foram, em alguns casos, utilizados ao longo das edições convencionais, como fez o **Jornal do Commercio** (100 anos), de 1º a 14 de outubro de 1927, embora este não tenha deixado de publicar a edição centenária dia 1º. Em outras oportunidades, eles representaram a publicação inteira (**Jornal do Brasil**, 100 anos, 1º de abril de 1991, e **O Fluminense**, 100 anos, 7 de maio de 1978), produzida de tal modo que se apresentaram também como uma espécie de grande retrospectiva histórica, válida para ser consumida em qualquer época, e orientada por uma espécie de pedagogia do uso documental do jornal:

Com o suplemento especial do 'Produto Fluminense', enfeitado em 8 cadernos, e mais o tablóide em policromia com a história dos '100 Anos de O FLUMINENSE', estamos dando hoje aos leitores uma visão do desenvolvimento do Estado do Rio e contando a nossa epopéia de 36 mil edições.

Aliás, estes 90 cadernos-extras se completam numa documentação analítica, e por vezes, crítica, de uma terra ligada a seu jornal. São reportagens, depoimentos e pesquisas para serem guardados e consultados em termos quase enciclopédicos. Um século de jornal fiel à sua missão e à própria História do Estado do Rio. (O Fluminense, 07/05/1978, primeira página)

Utilizando tanto uma quanto outra estratégia editorial de auto-referenciação, os jornais entrelaçaram narrativamente suas trajetórias à vida do país e até do mundo. Transmitiram, com isso, a idéia de que todos os acontecimentos relevantes do Brasil e do mundo estavam contidos nas páginas do periódico e, conseqüentemente, na sua própria história, como se as duas se confundissem.

Por exemplo, na edição de 100 anos (1º de abril de 1991), o **Jornal do Brasil** destaca que nasceu no mesmo dia que Cole Porter. Também em sua edição centenária (1º de outubro de 1927), o **Jornal do Commercio** afirma que "vem evoluindo com a própria evolução nacional" (primeira página). Segundo Ribeiro (1995), o jornalismo justifica sua relevância social pela história:

A mídia é elevada, assim, ao estatuto de porta-voz oficial dos acontecimentos e da transformação do social, o que lhe confere, enquanto registro da realidade, uma certa "aura". O jornalismo não só retrata a realidade e as suas transformações, mas também as registra, legando às sociedades futuras um testemunho sem igual. A mídia é a testemunha ocular da história. (*Idem, ibidem*, p. 27)

O testemunhar da história pode ser entendido também pelo fato de a articulação das narrativas se dar de tal forma que elas fornecem um efeito de simultaneidade entre as histórias do jornal e do Brasil. Certamente, como conclui Ribeiro (*op. cit.*), a interpretação do sentido histórico está em disputa pelos dois campos (BOURDIEU, 2004a): a historiografia e o jornalismo.

A noção que se tem da história, em uma sociedade altamente midiaticizada, é fruto de permanente disputa. Segundo Zelizer (1992), a história (a disciplina), o jornalismo, a arte, etc, querem contá-la. Cada qual à sua maneira: os historiadores como ciência, os artistas como interpretações e os jornalistas como fatos. Por isso, o jornalismo lutaria para se investir de uma autoridade de enunciador de verdade. Passa essa luta pelo domínio do tempo, sendo o jornalista um historiador do imediato?

Nora (1976) acredita que desde o século XIX o jornalismo e a história têm se misturado e que tem cabido cada vez mais aos meios de comunicação determinar o acontecimento histórico, ou seja, aquilo que irrompe do emaranhado cotidiano.

O autor constata uma ansiedade característica do nosso tempo em enxertar sentido histórico nos fatos cotidianos, em um permanente esforço interpretativo do imediato. Caberia cada vez mais ao jornalista essa interpretação, não ao historiador, obrigado a fornecer

análises segundas acerca de acontecimentos e sentidos já ditados pelos meios de comunicação. A condição de existência de um acontecimento histórico seria essa irrupção na mídia. Diante da ansiedade de interpretação da atualidade, os meios de massa reafirmariam sua importância na sociedade.

Mas, para isso, eles se valem de que tipos de temporalidades? Seriam elas contraditórias com as da historiografia? É, afinal, no tempo que se dá a disputa entre esses campos? Ou é a própria disputa fruto de uma dada consciência histórica (HELLER, 1993), ancorada em uma dada temporalidade?⁴ Em última instância, é preciso perguntar qual a relação entre o papel desempenhado pelos meios jornalísticos atualmente e as temporalidades que operam e com as quais são operados.

Para Barbosa (1999), a mídia trabalha presentificando o passado. Sob o imperativo da novidade, ela estende o presente ao máximo, rompendo os laços fundadores entre passado/presente e futuro. E esses laços são a condição inexorável para a consciência histórica. Esse grande presente estendido se verifica também nas narrativas comemorativas? Ou são elas espaços de exceção por se referirem ao passado?

O objetivo é procurar entender o papel que os meios jornalísticos atribuem a si a partir de sua inserção temporal, pois essa articulação pode ter importantes implicações nos modos de organização e reprodução do jornalismo como profissão e fenômeno cultural.

3. Entre tempo e narrativa

As edições comemorativas podem fornecer um modo diferente de contar uma história do jornalismo em vez de apenas enumerar quem fundou qual periódico e em que ano ele faliu. As narrativas publicadas podem indicar as maneiras com as quais os fluminenses articularam suas práticas jornalísticas e suas relações com o tempo. O desafio é perceber esse sentido histórico no trabalho de temporalização realizado pelos jornais estudados.

⁴ A consciência histórica Heller chama um conjunto de referências gerais que guiam os homens e que variam historicamente. A cada estágio de consciência corresponderia um tipo principal de temporalidade. Por exemplo, um tempo regular orientado para o futuro em uma sociedade marcada pelo cientificismo e tal racionalidade corresponderia ao quarto estágio: de consciência de particularidade refletida em generalidade. Atualmente, a sociedade ocidental estaria no sexto estágio, regido por um presente estendido. Cf. HELLER, AGNES. **Uma teoria da história**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1993.

Pouco se tem de bibliografia que articule diretamente temporalidade e jornalismo.

Barbosa (1999, p. 52) afirma que temporalidade é "o modo de inscrição das atividades humanas na duração":

[...] Um certo pertencimento a uma concepção de tempo existente nas sociedades, a maneira como este é vivido, a concepção filosófica que se possui deste pertencimento e, sobretudo, a relação que o mundo social empreende com a duração e o fluxo temporal. (*Idem, ibidem*, p. 52)

E esta é uma ação essencialmente política:

[...] Sincronizar comportamentos, substituir o reversível pelo irreversível, eliminar ou criar o passado e reconfigurar um ciclo é uma ação de natureza política. O ato de nomear o passado e religar datas de uma dada memória, dando sentido às sociedades, é estabelecer subjetivamente uma duração, inscrita numa temporalidade própria. (Barbosa, *op. cit.*, p. 52)

Segundo Chesneaux (1986), o tempo não é um dado natural. Experimentamos cotidianamente o tempo de múltiplas maneiras a partir de complexos arranjos e o que medimos são os intervalos que estabelecemos para ele, não o próprio tempo, que é uma vivência muito mais complexa. Podemos dizer que nesses arranjos participa a mídia com seu tempo-mundializado que, no entanto, não começou nela. A mídia faria parte de um tempo instaurado pelo capitalismo através de um longo processo de padronização da medição do tempo, com os relógios, os fusos horários, entre outros instrumentos que permitiram e permitem uma referência temporal única para o sistema produtivo, de transportes etc.

O tempo-mundo, de acordo com a concepção do autor, seria uma instrumentalização do tempo pelo capital. Ele ressalva, porém, que essa qualidade temporal não anula os demais tempos particulares das diversas sociedades, que podem, inclusive, enriquecer-se mutuamente, desde que não se tome um desses tempos como único e inevitável, o que ocorre, por exemplo, quando países em desenvolvimento desqualificam seus próprios ritmos e tendem a imitar a trajetória de países hegemônicos (*idem, ibidem*, p. 204).

O conflito entre vários tempos só é possível porque as temporalidades nas quais estamos inseridas são múltiplas. Pomian (1984) explica uma série delas. O tempo psicológico, subjetivo de cada um, que varia, por exemplo, quando lembramos de nossa infância, que parece distante ou próxima dependendo da situação que vivemos, que pode parecer longa, embora seja um período biologicamente mais breve do que a idade adulta, ou quando

estamos com pressa e esperamos o ônibus que leva uma eternidade para passar, ou, nas férias, quando os dias correm tão velozes.

Vivemos também em tempos medidos quantitativamente, tais como o tempo solar, com sua medição cósmica, baseada no movimento dos astros que nos orienta; o tempo litúrgico, dos calendários religiosos; o tempo político, das solenes datas nacionais; ou o tempo dos relógios, que rege os ritmos industriais, do trabalho e do descanso, das máquinas e dos homens.

O tempo histórico, por exemplo, no seu sentido vulgar, tem um caráter sequencial causal. Já o tempo mitológico é essencialmente cíclico, porque atualiza periodicamente "um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do 'princípio'" (ELIADE, 1972, p. 11). O tempo cristão pode ser linear, quando foca a morte que levará o indivíduo a viver eternamente ao lado de Deus, ou pode ser cíclico quando introduz a possibilidade da ressurreição e da volta do Messias.

Pomian (1984) explica também que a tecnologia da impressão está no centro de um longo processo de registro do tempo, ou seja, de sua instrumentalização. Nesse sentido, tanto a instrução formal quanto o periodismo cotidiano estão intimamente ligados à crença burguesa de domínio do tempo, de planejamento do futuro, de conhecimento científico da história. Como essa instrumentalização aparece nas narrativas jornalísticas? E será que essa função é apenas parte da retórica de sua legitimação e, na prática, o jornalismo captura seu público por estratégias diversas? E como é possível estudar o tempo na narrativa?

Quem fornece essa solução é Paul Ricoeur (1994), para quem há reciprocidade entre narratividade e temporalidade. Sua concepção deriva da junção entre reflexões de Santo Agostinho acerca do tempo e de Aristóteles sobre o ato mimético.

Embora preocupado com o tempo enquanto eternidade, Agostinho possuía um pensamento bastante céptico para um sacerdote, como explica Ricoeur. O bispo de Hipona percebeu que "os lapsos de tempo não se encaixam simplesmente uns nos outros segundo quantidades numéricas, os dias nos anos, os anos nos séculos. De um modo geral, os problemas relativos à extensão do tempo não esgotam a questão do tempo humano" (*idem, ibidem*, p. 128). Por isso, Ricoeur foi levado a pensar que o tempo só se torna humano na medida em que é articulado de modo narrativo, ou seja, que só se realiza narrativamente.

Interessado na ontologia do tempo, Agostinho (2005) afirma que, se o passado não mais existe e o futuro ainda não chegou, há, então, somente o presente: o presente das coisas presentes, o presente das coisas passadas e o presente das coisas futuras. O passado enquanto memória, o futuro enquanto esperança e projeto e o presente enquanto ação.

Mas se só o presente existe, como percebê-lo se, quando pensamos nele, já deixou de ser, já virou o *não-ser*? Agostinho considerou que só o instante existe, que o tempo de Deus é a eternidade do instante. Mas, novamente, como pensar o instante se ele não tem espessura, se é sem medida? Ricoeur conclui dessas questões que a única coisa que impede que o tempo *não-seja* é o dizer do tempo.

O caráter aporético do tempo se resolve, portanto, poeticamente, pois é na narrativa que reconfiguramos nossa experiência temporal. Ricoeur (1994) adota essa compreensão e articula-a com a *mimese* aristotélica para pensar que quem fornece a espessura do instante, do tempo da ação, é a narrativa, ou seja, ele afirma que o tempo só pode humanizar-se pela linguagem. *Mimese* aqui entendida não como imitação, mas representação de uma unidade de ação inserida em uma duração limitada.

"É pela intriga que reconfiguramos nossa existência confusa informe e, no limite, muda" (*idem, ibidem*, p. 12). Ou seja, graças às intrigas (enredos) reconfiguramos o tempo, isto é, nossa existência prática. Por seu turno, a inteligibilidade narrativa se dá somente pela inteligibilidade temporal. Ou seja, a *mimese* fornece a mediação entre tempo e memória, entre tempo e memória do jornalismo, por exemplo.

Para desenvolver sua teoria, Ricoeur não faz distinção entre narrativas ficcionais e históricas, pois, para ele, o que está em jogo é uma questão de verossimilhança, não de acontecimento. Ambas as espécies de narrativas são igualmente articulações temporais e possuem referencialidade, ainda que se valham de diferentes estratégias de verossimilhança. Na primeira, a referência se dá pelo que poderia ter acontecido; na segunda, pelo que aconteceu. Nesta, o fato será apenas uma referência na configuração da intriga. Para se tornarem inteligíveis, ambas dependerão de um trabalho de imaginação produtora necessária à interpretação. Tanto as reportagens jornalísticas, quanto a narrativa histórica ou a literatura de ficção possuem seus lapsos temporais, suas bases mnemônicas, todas recorrem a repertórios interpretativos comuns e a códigos compartilhados que fundam sua inteligibilidade. São operações poéticas, enfim, que respondem, assim, à necessidade humana de narratividade.

Por isso, para esta pesquisa, procura-se "aplicar" fundamentos da teoria narrativa ao *muthos* jornalístico. O *muthos* aristotélico é ficção em um sentido mais amplo do que se conhece comumente. Trata-se de toda operação mimética, toda composição de enredos, disposição de fatos heterogêneos em uma combinação de temporalidades, é a própria tessitura da intriga. "A palavra ficção está livre para designar a configuração da narrativa de que a tessitura da intriga é o paradigma, sem dar atenção às diferenças que só concernem à pretensão à verdade das duas classes de narrativa." (RICOEUR, *op. cit.*, p. 102)

É preciso levar em conta que o objeto empírico está inserido tanto quanto quaisquer outras narrativas em múltiplas temporalidades, bem como a própria pesquisa. Entre essas temporalidades, existem os tempos do contar e os tempos contados. Entre os tempos do contar, por exemplo, há o tempo do fazer jornalístico, dos profissionais que levaram em certo tempo planejando e produzindo as edições comemorativas, para, mais tarde, os leitores levarem outro tempo lendo-as; o tempo que as empresas levaram para que seus jornais completassem decênios, entre tantos outros.

Essas edições, em última instância, são festas, e como tais, ordenam o tempo dos profissionais de jornal. Cada um deles contribuiu com sua memória individual, assim como os arquivos das empresas e as memórias dos leitores, que dialogaram naqueles tempos, com os tempos remotos presentificados naquelas edições; e as memórias de todos os pesquisadores que re-presentificam essas memórias ao pesquisarem sobre elas, e todas aquelas que nos servem como base teórica, e todas as que são reconfiguradas aqui, a partir da leitura do pesquisador.

Há ainda os tempos dos servidores da Fundação Biblioteca Nacional que microfilmaram os jornais em épocas anteriores e os tempos dos microfilmes pesquisados, intocados de tão novos ou microfilmados há pouco tempo, pois não houve tempo de interesse por eles. Além de todos esses tempos, os periódicos diários estão inseridos não somente no tempo-mundo, que talvez seja só retórico, como no tempo concreto dos dias e das noites, que os enraíza inexoravelmente a uma temporalidade particular do acordar e dormir.

Há também o tempo das experiências dos leitores que leram seus exemplares nos bancos de pontos de ônibus, que leram coletivamente na barca, com o estranho que olhava por cima de seu ombro; dos pouco letrados que folhearam várias vezes o mesmo exemplar, de

segunda mão ou não, e que completaram a leitura com a ajuda dos comentários de seus contemporâneos de bonde, de praia ou de pressa.

É sobretudo nos tempos contados que foca esta pesquisa. No tempo narrado da história do jornalismo quando um jornal fez 50 anos, e de quando o mesmo jornal fez 100 anos; nos tempos dos outros jornais e de suas outras histórias contadas nessas folhas centenárias. E provavelmente fiquem de fora da pesquisa os tempos não narrados dos excluídos do tempo.

Com base da obra de Ricoeur (1995), que realizou uma análise do tempo e do significado do tempo narrado em três obras literárias: *Mrs. Dalloway* (Virginia Woolf), *A montanha mágica* (Thomas Mann) e *Em busca do tempo perdido* (Marcel Proust), pretende-se montar um esquema do tempo nas narrativas configuradas nas edições comemorativas, de modo a perceber seus movimentos temporais e seus significados. Os marcos, as definições de passado, presente e futuro, as durações, as rupturas, as diferentes velocidades atribuídas aos fenômenos e acontecimentos, procurando interpretar os significados dessas relações temporais.

4. Vetores de progresso

É cedo para falar em conclusões, mas as observações preliminares levam a crer que haja um posicionamento geral desses três periódicos como vetores de progresso, ou seja, vetores de um tempo projetado para o futuro. Esse posicionamento, ou seja, essa inscrição temporal, seria voltada para dois públicos: aquele formado pelos jornalistas e os leitores em geral.

Aos primeiros, as edições especiais se constituiriam em instrumento/ suporte de memória. Elas funcionariam como espécies de cerimônias rituais para que os jornalistas "entrem na pele", para usar a expressão de Bourdieu (2004b), de uma missão auto-atribuída.

Por outro lado, ao promoverem o partilhamento de um mesmo passado entre jornalistas e seu público, as edições inscreveriam os periódicos como mediadores do tempo.

Teleologicamente, produziriam uma ilusão retrospectiva, de modo a explicar, *a posteriori*, intenções do passado e instaurando futuros e ritmos no presente.

No **Jornal do Commercio**, a origem da imprensa se confunde narrativamente com a origem do jornal. De modo claro, o **Jornal do Commercio** se considera um fator de

desenvolvimento do país. Na sua edição centenária, associa, por exemplo, a evolução da medicina ao advento da imprensa no Brasil e atribui a ela a entrada do país no fluxo da história universal:

Enquanto pelo velho mundo da Eurasia fervilhavam as ondas dos povos e raças, que durante séculos ali representavam o drama da [e]volução humana, traçando as páginas históricas da Humanidade, as vastidões da America jaziam arredadas de tudo isso, no torpor da anabiose, como elemento fecundável á espera do germe fundador.

[...] Decretada a abertura dos portos, suspensa a proibição de haver fabricas e manufacturas, fundada a typographia official [...] promptamente desenvolveram-se commercio, indústria, artes, letras e sciencias, de mais a mais se emancipando dos monopolios do reino... (Jornal do Commercio, 01/10/1927, p. 55)

Já o **Jornal do Brasil** acentua um papel de guardião das liberdades de imprensa e individual, sobretudo na sua edição centenária (1991), pós-regime militar. A questão do progresso no **Jornal do Brasil** sugere a associação à idéia de evolução do indivíduo e da qualidade dos homens da nação e relata década a década os acontecimentos considerados por ele relevantes, fornecendo um efeito de linealidade. A temporalidade é também vetorial progressiva, elaborando seqüências causais. O jornal enfoca a simultaneidade dos tempos de sua história e da história nacional, reivindicando autoridade com base em sua longevidade e, conseqüentemente, poder para instaurar determinadas relações com o passado, fundando tradições:

No nosso Brasil onde tudo é novo, onde as instituições adquirem com alguns lustros fôros de tradição, onde as coisas e os homens passam tão depressa, onde a viagem da evolução apaga todos os rastros de tanta coisa e de tanta gente, os cinquenta anos da labuta jornalística, hoje completados pelo **Jornal do Brasil**, já são por si só um galardão raro, precioso, na vida de uma folha carioca. (Jornal do Brasil, 09/04/1941, primeira página)

Na mesma página, o diário ensina aos "não-iniciados" sobre o significado da data:

Cinquenta anos de existência completa hoje o *Jornal do Brasil*. O feito talvez não se revista de sua expressão maxima para os que vivem fóra das lutas e atividades jornalísticas. Os que conhecem, entretanto, as dificuldades que dia a dia salteiam o trabalho de uma folha diaria, sabem que meio seculo de vida representa, de certo, vitoria, e não pequena. Considere-se o panorama desses cinquenta anos, desde o período inicial, quando o *Jornal do Brasil* apareceu, sob responsabilidade de uma *elite* de intelectuais, para participar das pejejas que acompanharam os primeiros tempos do regime republicano. (Jornal do Brasil, 09/04/1941, primeira página)

O Fluminense, embora também privilegie a idéia de progresso, não fala do passado na edição centenária, mas do presente. O progresso aparece em perspectiva, como aquilo que ainda virá. Já nos dois primeiros periódicos, o progresso está em andamento graças a eles. Essa diferença de relação com o tempo é interessante porque revela o quanto os quadros temporais fazem parte e variam de acordo com os contextos históricos de diferentes grupos sociais. Será que variam também de acordo com as múltiplas formas de se fazer jornalismo?

O que inicialmente se reconhece nesse problema é que, ainda que haja diferentes linhas editoriais (**Jornal do Commercio** e **Jornal do Brasil** são bastante diferentes – um explicitamente conservador e se vangloria disso, o outro constrói uma imagem de combativo e de guardião da liberdade do homem), essas narrativas parecem ser marcadas por uma linealidade temporal progressiva, direcionada para um futuro supostamente previsível e, por isso, controlável, mas ela adquiriria configurações próprias em cada periódico de acordo com sua inserção histórica.

5. Conclusão

Embora cada um desses títulos possa contar uma história do jornalismo com seus diferentes contornos, a análise inicial leva a crer que os jornais se constituem em instrumentos de temporalização da realidade. Essa temporalização derivaria de seu poder de narratividade cotidiana, ao moverem as fronteiras do passado, do presente e do futuro, de acordo com os interesses do presente.

Nesse sentido, os diários se inseririam no tempo histórico como mediadores do tempo. Seriam capazes de, ao articularem os tempos, fornecerem noções de decadência ou progresso, indicando aquilo que declina, aquilo que ascende, promovendo hierarquizações dos fenômenos, dilatando ou compactando o tempo, dizendo de acelerações ou retrações, fornecendo efeitos de rupturas com o passado ou de inserções em futuros. Além disso, quanto maior seu capital de passado, articulado nessas edições especiais, maior a autoridade para predizer o futuro.

A mediação do tempo se daria, na sua forma hegemônica, de modo vetorial para o futuro, conformando um tipo de racionalidade, que, por sua vez, favoreceria certas formas de organização social. Ao nos orientarmos para o futuro, e de forma cada vez mais acelerada,

abandonamos outras temporalidades, ampliamos os abismos cognitivos e sociais também por meio dos distanciamentos temporais que produzimos.

A despeito de a idéia de progresso poder ter fundamentado uma série de doutrinas nos últimos séculos (NISBET, 1985), é importante entender progresso aqui como uma percepção temporal de ruptura com o passado, de superioridade do presente em relação a ele e de direcionamento para um futuro melhor (LE GOFF, 1997, p. 303). A organização do discurso se projeta para o futuro e fornece um sentido de corte radical entre a sociedade em que vivemos e a sociedade que deveria, segundo a tese de alguns, existir, como se entre uma e outra não houvesse ligação prática.

A quantos passados deixamos de pertencer performativamente? Em quantos futuros somos inseridos todos os dias na mídia? Enquanto tudo passa, a história muda, só o jornal permanece. Suas meta-narrativas nos dizem que é o jornal o que dá estabilidade à existência, guardião da consciência cotidiana.

A adoção de determinado quadro temporal, hegemonicamente articulado nos jornais, pode levar a, em última instância, pensar se não há luta de classes no tempo?

[...] O tempo dos filósofos, teólogos e poetas oscila entre o fascínio do passado e o impulso para a salvação futura – tempo da decadência e de esperança; o tempo do cavaleiro é um tempo de velocidade, mas que facilmente se torna circular, confundindo os tempos; o do camponês é um tempo de regularidade e de paciência, de um passado em que se procura manter o presente; sendo o tempo dos burgueses, como é natural, aquele que, para além de distinguir passado/presente (futuro), se orienta deliberadamente para o futuro. (*Idem, ibidem*, p. 297)

Os jornais se fazem, assim, necessários por se constituírem em ordenadores temporais, com ritmos e sentidos que favorecem certos modos específicos de organização social. Daí, talvez, a constante preocupação, mobilização e fé de determinados grupos sociais, a ponto de alguns de seus representantes se tornarem jornalistas.

Referências

- BARBOSA, MARIALVA. **Meios de comunicação, memória e tempo: a construção da "redescoberta do Brasil"**. Pesquisa de pós-doutorado em Comunicação Social. Laboratoire d'Anthropologie des Institutions et des Organisations Sociales – Laios/Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, 1999.
- BOURDIEU, PIERRE. "The Political Field, the Social Science Field, and the Journalistic Field." In: **Journalistic Field**. Cambridge: Polity Press, 2004a.

- _____. "As relações entre a história reificada e a história incorporada". In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004b.
- CHESNEAUX, JEAN MARIE. **Habiter les temps**. Paris: Bayard Éditions, 1986.
- ELIADE, MIRCEA. **Mito e Realidade**. São Paulo: Editora Perspectiva S/A, 1972.
- HELLER, AGNES. **Uma teoria da história**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1993.
- LE GOFF, JACQUES. "Passado/Presente". In: **Enciclopédia Einaudi**, vol. 1. Portugal: Imprensa Nacional, 1997, p. 293-310.
- NISBET, ROBERT. **História da idéia de progresso**. Distrito Federal: Editora UnB, 1985.
- NORA, PIERRE. "O retorno do fato". In: LE GOFF, JACQUES e NORA, PIERRE (orgs.). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editores Ltda., 1976, p. 179-193.
- POMIAN, KRYSZTOF. **L'Ordre du temps**. Paris: Gallimard, 1984.
- RIBEIRO, ANA PAULA GOULART. **A história do seu tempo. A imprensa e a produção do sentido histórico**. Dissertação de mestrado. ECO/UFRJ, 1995.
- RICOEUR, PAUL. **Tempo e Narrativa**. Campinas (SP): Papyrus Editora, 1994, tomo I.
- SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. São Paulo: Martin Claret, 2005, p. 211-284, livros 10º e 11º.
- ZELIZER, BARBIE. **Covering the body: The Kennedy Assassination, the media and the shaping of collective memory**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

Periódicos pesquisados:

- Jornal do Commercio** – maio de 1908
junho de 1908
setembro de 1908
outubro de 1928
edição especial de 1º de outubro de 1908
- Jornal do Brasil** – maio de 1908
setembro de 1908
julho de 1908
abril de 1941
edição especial de 1º de abril de 1991
- O Fluminense** – maio de 1928
maio de 1978
edição especial de 8 de maio de 1978